



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

CERTIDÃO

BRANCA FLOR CARDOSO LOPES RIBEIRO, Licenciada em Contabilidade e Administração e Chefe da Unidade de Administração Geral do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e cinco de maio do ano de dois mil e vinte, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs. Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, Nuno da Câmara Cabral Cid Moreno, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Miguel José Abrunhosa Martins, Maria da Graça Rio Patrício e Olga Marília Fernandes Pais, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PROCEDIMENTO N.º 9/2020-CP-DLM - EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS “MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA”

Considerando o enquadramento no artigo 64.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, do presente procedimento não é aplicável a renovação ou a celebração de um contrato de aquisição de serviços com idêntico objeto ou contraparte de contrato vigente em 2019.

A presente contratação não visa a aquisição de estudos, pareceres, projetos e consultoria, de organização e apoio à gestão.

Este procedimento é efetuado nos termos do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29/01, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 111-B/2017 de 31/08.

O Nome do Gestor do Contrato nos termos do artigo 290.º-A do CCP é Fernando António Nascimento Moura.

Escolha do procedimento em função do valor do contrato (artigos 17.º a 22.º CCP), uma vez que o preço base é superior a 5.225.000,00€, propomos concurso público com publicação internacional, nos termos da alínea a) do artigo 19.º, do CCP.

A data de início da empreitada será a 01/11/2020 e a data de fim 31/04/2022, ou seja, com duração de 18 meses.

O preço base será de 9.400.000,00€+IVA=9.964.000,00€ sendo o valor previsional para 2020 de 471.698,113€ (s/IVA)=500.000,00 € (c/IVA), o valor previsional para 2021 de 5.094.339,623€ (s/IVA)=5.400.000,00 € (c/IVA) e o valor previsional para 2022 de 3.833.962,264€ (s/IVA)=4.064.000,00€ (c/IVA).

A fixação do valor estimado do contrato é fundamentada nos preços unitários utilizados pelo projetista que efetuou mapa de medições e orçamento

O Critério de adjudicação nos termos do artigo 74.º do CCP é “... feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade

adjudicante, determinada...” pela seguinte modalidade, avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, considerando que as peças do procedimento definem todos os restantes elementos da execução do contrato a celebrar.

É considerado preço anormalmente baixo, quando o preço da proposta for inferior a 10% da média dos preços das propostas admitidas depois da análise, aproveitando o sugerido n.º 1 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

O presente procedimento carece de Pareceres Prévios, Licenciamentos e Autorizações Necessárias nos termos do n.º 5 do artigo 36.º.

Aquisição não será feita por Lotes nos termos do n.º 2 do artigo 46.º-A do Decreto-Lei para aquisição superior a 135.000,00€ (bens e Serviços) ou 500.000,00€ (empreitadas) uma vez que a empreitada em causa é técnica e funcionalmente incindível, a divisão por lotes poderia causar graves inconvenientes para a entidade adjudicante que pretende que seja um único empreiteiro a responsabilizar-se pela construção do Museu da Língua Portuguesa.

O PPI (ano/projeto) é o 15/2016- Reabilitação dos antigos silos da Epac para Museu de Língua Portuguesa. A rubrica para cabimento é 0302/07010301 com uma dotação para 2020 de 500.000,00€, para o ano de 2021 de 5.400.000,00€ e para o ano 2022 de 4.064.000,00€. Os Fundos disponíveis são de 11.099.967,59€ e o código CPV é o 45212300-9 Construção de edifícios para usos culturais e artísticos.

O Museu da Língua Portuguesa trata-se, de um projeto âncora para afirmação da cidade e da região, não só a nível nacional, mas também a nível internacional, sobretudo no contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Tendo em consideração a dimensão e a relevância do projeto para o território de Trás-os-Montes, a Câmara Municipal, redirecionou toda a sua atenção para a sua concretização nomeadamente, a aquisição dos Imóveis e terrenos envolventes e contratualizou através de um concurso de Ideias o projeto de execução. Efetou ainda a contratualização de alguns serviços nomeadamente, os “Conteúdos Científicos para o Museu” (Procedim. concluído), a “Conceção e acompanhamento do Design e Equipamentos para o Museu...” (Procedim. em execução), e ainda contratualizou o “Estudo e Viabilidade Económica e Criação do Modelo Organizacional...” (Procedim. concluído). Assim, e considerando que o Valor de Investimento a realizar, justicado pelo Mapa de Quantidades e Orçamento, é superior 5.000.000,00 €, é, nos termos do n.º 3 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos necessário promover a fundamentação com base numa avaliação de custo/benefício ou seja num estudo de Viabilidade sendo este um instrumento relevante de apoio à tomada de decisão.

Bhm.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL

Desse estudo que se anexa, para apreciação superior, concluímos que a importância do Museu da Língua Portuguesa para a economia não se resume à atividade económica diretamente gerada pela prestação da oferta de serviços culturais. Esta é avaliada por meio da quantificação do impacto direto da estrutura de gastos das atividades operacionais, o volume de negócios das empresas concessionadas e das atividades relacionadas com as despesas turísticas dos visitantes, ao qual são adicionados os efeitos dos impactos indiretos e induzidos, desencadeados a partir do efeito direto inicial. O impacto económico do MLP desencadeia-se assim num conjunto de efeitos sobre o valor acrescentado bruto, os rendimentos e o emprego.

Estima-se assim que, em 2025, ocorra um impacto global anual de aproximadamente 3,3 milhões de euros. Em termos de emprego e remuneração, estima-se que o museu terá um impacto geral de 109,1 postos de trabalho a tempo inteiro, representando 1,4 milhões de euros. Ainda de acordo com o estudo o projeto do Museu da Língua Portuguesa vai promover um impacto não apenas em Bragança, mas em toda a Região Norte de Portugal, assumindo-se como elemento central na promoção do desenvolvimento integrado, abrangendo, entre outras, as dimensões económica, social, cultural e turística.

A este nível, destacam-se os seguintes impactos esperados ao nível mais qualitativo, aumento da visibilidade externa do Município e da região a nível nacional e internacional; Aumento da visitação turística de Bragança e na região; Promoção do desenvolvimento económico e de mais-valias associadas; Reforço da rede de equipamentos culturais do Concelho ; Reabilitação e transformação urbana da envolvente alargada do Museu ; Promoção da fruição cultural e das qualificações da população do concelho e da região; Criação de novas ofertas culturais e educativas; Captação financiamento europeu para Bragança e para a região; Qualificação da oferta do Instituto Politécnico de Bragança nas áreas relacionadas com a Língua e Cultura Portuguesa. Assim e considerando que: - O projeto foi apresentado e aprovado em Reunião de Câmara de 25 de novembro de 2019; - Ao nível financeiro já se encontra incorporado no orçamento de 2020 o saldo de gerência de 2019 e o projeto está devidamente dotado; - Estudo de Viabilidade Financeira para o Museu da Língua Portuguesa em Bragança, foi elaborado de acordo com n.º 3 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, Entendemos estarem reunidas as condições legais necessárias para promover o lançamento do Concurso Publico com publicação internacional nos termos da alínea a) do artigo 19.º e artigo 130.º do CCP, Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto. Esta operação está aprovada no âmbito Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, submetido ao NORTE 2020, concretamente ao Plano de

Ação para a Regeneração Urbana (PARU), com o Código NORTE-05-2316-FEDER-000091, e com uma taxa de financiamento estima atual de aproximadamente 45%, existindo elevadas probabilidades de aumentar.

Assim, torna-se necessário proceder à Empreitada acima, dado a inexistência de recursos técnicos na autarquia e uma vez que o valor estimado da despesa a efetuar é de cerca de 9.400.000,00€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor, submete-se à consideração superior a presente proposta.

Face ao valor e considerando que a situação se enquadra na alínea b) do artigo 19.º e artigo 130.º do CCP, Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, solicita-se autorização para se adotar o “Concurso Público”, propondo-se ainda a autorização dos seguintes pontos:

Sendo “Concurso Publico”, a aprovação, nos termos da alínea c) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 40.º do CCP, dos anúncios, programa do procedimento, do caderno de encargos e do projeto de execução.

Propõe-se a seguinte constituição do Júri:

Presidente: João Paulo de Almeida Rodrigues, Chefe da Divisão de Logística e Mobilidade; Vogais efetivos: Rafael Augusto da Costa Sobrinho Correia, Chefe da Divisão de Obras, em regime substituição e Lia João Louçã Marques Teixeira, Técnica Superior – área de atividade, engenharia civil; Vogais suplentes: Rui Manuel Gonçalves Martins, Chefe de Divisão de Urbanismo e Fernando Antónimo do Nascimento Moura, Técnico Superior – área de atividade - gestão. Que nas suas faltas e impedimentos o Presidente do júri seja substituído pelo 1.º vogal suplente e assim sucessivamente

Nos termos do artigo 147.º do CCP, o júri procederá à realização da audiência prévia dos concorrentes, salvo se que a mesma seja dispensada ao abrigo do artigo 125.º do Código dos Contratos Públicos

Sendo um Concurso Público e nos termos do artigo 147.º do CCP, o júri procederá à realização da audiência prévia dos concorrentes, salvo se for decidido que a mesma se realize ou que seja dispensada ao abrigo do artigo 125.º do Código dos Contratos Públicos

De acordo com o disposto a alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, a qual revogou parcialmente a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e a alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, conjugada com a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, é competente para autorizar a presente despesa a Exma. Câmara Municipal.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL

Sendo um Concurso Público, e face ao que antecede solicita-se à Exma. Câmara Municipal que delibere no sentido de aprovar a abertura do procedimento, o anúncio, o Programa de Concurso, o Caderno de Encargos e a constituição do Júri do procedimento.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a abertura do procedimento, o anúncio, o Programa de Concurso, o Caderno de Encargos e a constituição do Júri do procedimento, conforme informação.

Intervenção dos Srs. Vereadores, Nuno Moreno e Maria da Graça Patrício

“Reparámos que no texto da proposta a data para início da empreitada é 1 de novembro. O prazo parece-nos curto, desde a data de lançamento do concurso e início de empreitada, tendo em conta os prazos de um concurso público com publicação internacional.”

Resposta do Sr. Presidente aos Srs. Vereadores, Nuno Moreno e Maria da Graça Patrício

“É uma data de referência. Os prazos estabelecidos correspondem ao esperado para início da obra.”

Intervenção dos Srs. Vereadores, Nuno Moreno e Maria da Graça Patrício

“Esta é uma obra importante para a região e para o país. Temos acompanhado o projeto para esta obra e estamos solidários. Desejamos que tudo corra pelo melhor.”.

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 15 de setembro de 2020.

Branca Fda Cardoso Lopes Ribeiro

